

A colonização na tessitura do Antropoceno: as ponderações de Ailton Krenak

Colonization in the fabric of the Anthropocene: Reflections by Ailton Krenak

Nádia Nara da Silva¹
Universidade Federal do Piauí

Resumo

Esta pesquisa objetiva relacionar a colonização na perspectiva do Antropoceno. Como ferramenta metodológica, utilizamos o conceito proposto por Crutzen e Stoermer (2000) em seus estudos sobre essa nova era geológica. A fim de propor uma nova visão sobre o tema, propomos evidenciar a dimensão sócio-histórica da teoria. Tomamos como referências primordiais nessa análise relacional as ponderações de Bispo (2019) acerca da colonização. Almeja-se concluir, ao final, como as catástrofes históricas perpetradas, no período denominado Antropoceno, foram acentuadas em decorrência dos anseios coloniais. Nesse ponto, discutir-se-á, a noção de que tais catástrofes sociais foram também em razão da colonização do corpo, enquanto território, menosprezado fenotipicamente nas narrativas brancocentradas. Esse ponto de vista encontra-se alicerçado na cosmovisão defendida por Krenak (2022), na qual não se pode dissociar corpo e terra, pois as consequências afetam ambos. Ao dialogar com as reflexões de Ailton Krenak, reforçar-se-á como as transformações, forjadas na colonização antropocênica, são sentidas até os dias atuais, pois foram intensamente perpassadas a grupos étnicos explorados durante a colonização.

Palavras-chave: Antropoceno; colonização; colonialismo; exploração; Ailton Krenak.

Abstract

This research aims to relate colonization to the perspective of the Anthropocene. As a methodological tool, we will use the concept proposed by Crutzen (2000) in his studies on this new geological era. To propose a new vision on the subject, we aim to highlight the socio-historical dimension of the theory. The primary references in this relational analysis are the considerations of Bispo (2019) regarding colonization. The goal is to conclude how the historical catastrophes that occurred during the Anthropocene were exacerbated by colonial ambitions. In this context, we will discuss the notion that these social catastrophes also resulted from the colonization of the body, viewed as a territory devalued phenotypically in white-centered narratives. This perspective is grounded in the worldview advocated by Krenak (2022), which holds that body and land cannot be separated, as the consequences affect both. By engaging with Ailton Krenak's reflections, we will reinforce how the transformations forged during anthropocentric colonization are still felt today, as they deeply impacted the ethnic groups exploited during colonization.

Keywords: *Anthropocene; colonization; colonialism; exploitation; Ailton Krenak.*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8851-9770>.



Introdução

O presente ensaio trata de uma reflexão sobre a colonização à luz da teoria do Antropoceno, a fim de compreender como os eventos coloniais moldaram a estrutura resquiciosa que, na modernidade, explica a forma como os indivíduos se relacionam no e com o Sistema Terra. Com esse direcionamento, pretende-se evocar a cosmovisão de Ailton Krenak e suas *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020), onde pondera sobre a conexão ser-terra. Assim, justificando que a colonização, dentro do período recentemente nomeado Antropoceno, perpetrou não apenas calamidades ambientais, mas também tragédias humanas.

O termo Antropoceno traz um conceito relativamente recente, formulado pelos pesquisadores Paul Crutzen e Eugene Stoermer nos anos 2000. A proposta surgiu diante da constatação de que a atividade humana se tornou uma força geológica capaz de moldar os sistemas terrestres em uma escala planetária. Por esse viés, a teoria busca explicar, de forma ousada, como o ser humano opera enquanto agente transformador e destrutivo (Crutzen; Stoermer, 2000). A ousadia desse conceito reside na necessidade de uma autocrítica: reconhecer essa força operante implica admitir a centralidade das ações humanas na crise ecológica.

O Antropoceno, contudo, é um conceito ainda carente de validação geológica e enfrenta divergências na comunidade científica. Enquanto alguns pesquisadores identificam a Revolução Industrial como seu marco inicial, outros consideram a Grande Aceleração do pós-guerra (Kaltmeier *et al.*, 2024). Há ainda quem argumente que seus fundamentos remontam ao período colonial. Além das controvérsias temporais, o termo enfrenta críticas por sua aparente falta de neutralidade política, uma vez que aceitar essa nomenclatura implica reconhecer o ser humano não apenas como agente social transformador, mas também como explorador e responsável direto pelo agravamento das crises ambientais que enfrentamos (Dantas; Da Silva Saraiva, 2022, p. 22). É o que se pode verificar com Kaltmeier *et al.* (2024, p. 21):

Reconhecer as raízes históricas mais profundas da Revolução Industrial nos leva a reconstruir uma genealogia do Antropoceno, na qual este não pode ser separado da colonialidade, do surgimento do sistema mundial capitalista e do capitalismo racial. Assim, 1492, o ano do contato europeu com o Caribe e as Américas, marca um ponto de inflexão na história mundial, representando uma ruptura fundamental para os povos e culturas indígenas das Américas. Junto com a introdução consciente e inconsciente de novas espécies vegetais e animais, chegaram à América os patógenos

europeus, somados à violência colonial contra os povos indígenas, ao grande número de mortes e às consequentes rupturas culturais. Como resultado da conquista, cerca de 90% da população indígena morreu, seja por violência direta, destruição de seus meios de subsistência ou pela introdução de novos germes. Esse foi um dos maiores genocídios da história, que, em escala planetária, extinguiu cerca de 10% da população mundial. O abandono de grande parte das áreas agrícolas e a subsequente reflorestação espontânea provocaram uma queda global da temperatura no início do século XVII, coincidindo com os primeiros anos da Pequena Idade do Gelo, responsável por episódios atmosféricos extremos no planeta (Kaltmeier *et al.*, 2024, p. 21, tradução própria²).

Reconhecemos que a teoria propicia uma gama de reflexões no que tange às discussões no âmbito das ciências naturais, uma vez que a já mencionada força humana age de forma desastrosa sobre o meio ambiente. Tais ações reverberam reciprocamente devolvendo ao ser humano o efeito de suas intervenções nefastas. Porém, para ampliarmos as elucubrações, é interessante dimensionarmos o conceito no âmbito das ciências humanas. E, assim, fica notório que,

Se o Antropoceno nos proporcionou, do ponto de vista teórico, algo de positivo, foi a oportunidade de questionar radicalmente a dicotomia entre ciências humanas e ciências da natureza, uma vez que os problemas ambientais são reconhecidamente de origem antrópica e, portanto, social, cultural, econômica, política (Dantas; Da Silva Saraiva, 2022, p. 34).

A adesão das ciências humanas à discussão ainda não é unanimidade, visto que as reflexões mais aceitas giram em torno da crise ecológica que o planeta está passando. É pertinente propor um diálogo entre as histórias. Uma forma de compreender que os processos, tanto da Terra quanto do homem não podem ser vistos separadamente (Chakrabarty, 2009, não paginado). Epistemologicamente falando, dividir os méritos sociais e da natureza refuta as notáveis evidências de que o debate sobre os eventos antropocênicos

² Reconocer las raíces históricas más profundas de la revolución industrial nos lleva a reconstruir una genealogía del Antropoceno en la que este no puede separarse de la colonialidad, del surgimiento del sistema mundial capitalista y del capitalismo racial. Así, 1492, el año del contacto europeo con el Caribe y las Américas, es un punto de inflexión en la historia mundial, y representa una ruptura fundamental para los pueblos y culturas indígenas de América. Junto con la introducción consciente e inconsciente de nuevas especies vegetales y animales, llegaron a América los patógenos europeos, sumados a la violencia colonial contra los pueblos indígenas, el gran número de víctimas mortales y las consiguientes rupturas culturales. Debido a la conquista murió un 90 % de población indígena, ya sea por violencia directa, por destrucción de las bases vitales o bien por la introducción de nuevos gérmenes. Fue uno de los genocidios más grandes de la historia, que a nivel planetario extinguió el 10 % de la población mundial. El abandono de gran parte de la superficie agrícola y la subsecuente reforestación espontánea provocaron una caída de la temperatura a nivel mundial a inicios del siglo XVII, coincidente con los inicios de la Pequeña Edad de Hielo, responsable de episodios extremos de origen atmosférico en el planeta (Kaltmeier *et al.*, 2024, p. 21).

funcionam como ação e reação. Ou seja, tudo que o ser humano impõe como mudança na natureza reflete na humanidade.

Diante disso, faz-se necessário propor um diálogo com o pensamento de Ailton Krenak (2020). Para ele, partindo de uma cosmovisão, fica claro que é impossível desarraigar o ser da Terra. O corpo não pode ser desvinculado da natureza. Isso implica dizer que a indissociabilidade entre corpo-território humano e não humano é o que justifica que a ação desenfreada pelo próprio homem seja sentida em ambos. Em outras palavras, a colonização de um é a colonização do outro. Todos os resquícios da colonização-exploração são sentidos no Sistema Terra e no homem. É o que sugere Krenak (2022) na conjugação e comunhão do “nós”, “nós-rio, nós-montanhas, nós-terra”.

O conceito de corpo-território é primordial para as comunidades indígenas, pois estabelece uma conexão inata entre o ser humano e o território que não se restringe ao espaço físico, mas se expande para uma dimensão cósmica e espiritual (Haesbaert, 2020). Trata-se de uma ontologia terrena e territorial em que a defesa da vida é indiscutível e a resistência manifesta-se como uma resposta necessária à lógica capitalista-extrativista, que impõe a devastação e o genocídio de grupos subalternizados, especialmente os povos originários. Essa perspectiva reafirma que a violência contra a terra é, simultaneamente, violência contra o corpo, um duplo processo de colonização que permanece como marca inapagável nos tempos presentes (Haesbaert, 2020).

Ailton Krenak, com suas brilhantes *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020) e a transcendência de seu *Futuro ancestral* (2022), faz parte de uma escolha diletante, não de dar voz, pois falta-nos autoridade, mas de ouvir a voz da ancestralidade e da resistência. É um anseio, sincero e reverente, de ouvir os ecos dos que entoavam a harmonia do ser-terra, a sabedoria e a herança da “cabeça da terra” (Krenak, 2020).

Uma cosmovisão integradora serviria aqui para justificar que os efeitos da colonização, enquanto fruto do Antropoceno, favoreceram o declínio humano, na medida em que acentuaram a crise humana com o genocídio e o etnocídio das comunidades autóctones, pois “[...] havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida” (Krenak, 2020). Uma ideologia que privilegiava um jeito de ser e de existir, o que remete à constatação de que o Antropoceno foi inevitável, mas suas consequências são fruto de preconceitos elegíveis no passado.

Como fomentadora de transformações antropocênicas, a colonização propôs uma narrativa única, pautada na ideia de que seria possível apagar memórias coletivas. Havia uma

medida de sub-humanidade que implicava tornar o colonizado um recurso a ser explorado. Restringir as comunidades colonizadas a essa particularidade significa, portanto, desumanizar o ser e, conseqüentemente, descolá-lo da terra (Krenak, 2020).

Desse modo, este ensaio objetiva situar a colonização dentro do período Antropoceno, considerando-a como um catalisador de transformações que extrapolaram a sua temporalidade e intencionalidade, propondo um recorte histórico-social que privilegie o fator humano sem desconsiderar o ponto de vista ambiental do debate. Para organizar as reflexões, propomos, estruturalmente, tratar: a) a contextualização da colonização em suas particularidades como um recorte dentro do Antropoceno; b) dialogar com as ponderações e a sabedoria de Ailton Krenak; c) elucubrações e (in)conclusões.

Colonização e antropoceno: convergências possíveis

Tendemos a pensar a história como uma ferramenta de articulação entre o passado e o presente; a análise dos eventos humanos, as transformações sociais, as narrativas validadas e a possibilidade de reescrita da sociedade a partir de uma condição mais humana. Said (2011) nos coloca na lacuna da incerteza ao questionar se o passado é realmente passado, se a pretericidade persistiria com novas nuances. Não se trata apenas de rememorar, mas de vislumbrar a história de forma cíclica, devolvendo ao homem os frutos dos dissabores plantados ao longo do tempo.

Partindo desse pressuposto, há que se considerar as transformações inauguradas com o imperialismo, sobretudo através da colonização. O colonialismo, implantado entre os séculos XV e XVI, foi o gérmen que desencadeou mudanças significativas no planeta. Não objetivamos aqui privilegiar, tão somente, a discussão em torno do sistema de *plantation* ou de outras formas de exploração trazidas pelo colonizador, mas sim observar como a colonização instituiu as bases para outro tipo de exploração. Se entendemos o colonialismo como expropriação pura e simples, veremos que não se tratou apenas de dominação territorial, mas também de exploração humana.

Tudo na história humana tem suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar sobre a habitação, mas significa também que as pessoas pensaram em ter mais territórios, e portanto, precisaram fazer algo em relação aos habitantes nativos. Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras (Said, 2011, p. 39).

Nesse ponto, é interessante mencionar a influência do processo colonialista. Munidos do discurso religioso e, partindo da premissa, de que um fenótipo diferente implica inferioridade, os colonizadores se jogaram na empreitada de “civilizar”. Vale mencionar que “no meio do caminho havia o lucro, havia o poder no meio do caminho” (Said, 2011, p. 43) e, conseqüentemente, o extermínio de pessoas, uma vez que a base dessa dominação e exploração era, fundamentalmente, ideológica.

O que se objetiva aqui é ratificar a intencionalidade do discurso colonialista. Endossados pela bula papal, Portugal e Espanha, citando aqui o caso específico da colonização das Américas, cumpriram a lei, subjugando, doutrinando e usurpando territórios e identidades. A colônia serviria ao papel expiatório de abrigar aqueles que necessitavam da salvação branca, assim como manter a máquina escravagista em funcionamento, pois o trabalho-punição serviria como remissão aos povos ditos pagãos (Bispo, 2019, p. 29).

O que efetivamente fica sublimado é o caráter desumano da figura do colonizador, visto que, sendo seus atos endossados por instituições de poder, toda e qualquer forma de opressão era justificável na medida em que era aplicada sobre um corpo-território desprovido de uma narrativa branca (Césaire, 2020, n. p.). A agressão colonial se dava no exercício do controle direto sobre corpo, mente, identidade e terra.

O corpo colonizado foi expropriado da própria identidade para assimilar a narrativa contada a partir da lógica opressora europeia. O corpo é também um território. Os povos colonizados experienciaram a desterritorialização da própria identidade. Segundo Bispo (2019), a primeira forma de violência colonial foi o apagamento das identidades de cada grupo. Ao não reconhecerem a individualidade étnica, o colonizador desumaniza-os como forma de quebrar a resistência à dominação.

Assim, a identidade latino-americana é formada por meio de seu encobrimento, que se transforma em modo de dominação social e possibilita a formação de um padrão de poder que ainda marca a região até o presente, a colonialidade. Esta, por sua vez, forma-se por intermédio de alguns eixos fundamentais, entre eles, a classificação social da população de acordo com a ideia de raça, o estabelecimento de uma superioridade europeia sobre os demais (fundada em supostas diferenças biológicas que colocam o não europeu em situação de inferioridade) e o controle sobre todas as formas de apropriação do trabalho. (Maia; Farias, 2020, p. 578)

O mesmo se deu com os povos africanos que sofreram escravização. A anulação das identidades favoreceu a submissão. Diante do exposto, resta-nos concordar com Bispo

(2019) no que tange ao entendimento da colonização, não como marco do avanço civilizatório, mas sim como conflitos territoriais. Ousamos transcender o conceito de conflito para que o termo abrace a metáfora de dizer que o processo colonizador se apresentou como uma apropriação do território-terra e do corpo-território, comprometendo a construção socioecológica dos sujeitos colonizados (Coradin; Oliveira; Guevara, 2024, p. 3). Essa construção, que se dá no âmbito da relação dinâmica entre hábitat natural e vínculos coletivos, foi violentamente interrompida, resultando em uma desconexão que ainda reverbera nas formas contemporâneas de exploração e devastação ambiental (Coradin; Oliveira; Guevara, 2024, p. 3).

A despeito disso, é possível se fazer um recorte representativo do Antropoceno dentro dos ditames da amefricanidade, pois considera-se que as ações que moldaram e mudam o mundo não impactam todos da mesma forma (Dantas; Da Silva Saraiva, 2022, p. 25). Também se considera que não foram produzidas por todos na mesma proporção e, ou, intensidade, tendo em vista que as minorias escravizadas eram massa de manobra para um projeto exploratório eurocentrado e essencialmente discriminatório.

Apesar das tentativas de minimização dos efeitos da colonização, é inegável o quanto sua influência se faz sentir, mesmo depois que as bandeiras imperialistas foram arriadas (Said, 2011, p. 46). Desde logo, a invenção colonial está intimamente ligada às noções mais rudimentares do conceito do Antropoceno, pois essa investida exploratória há tempos agride o planeta e o ser humano. Nesse caso, nos referimos mais especificamente ao indivíduo que tinha razão de ser, mas não era humano na visão eurocêntrica.

Assim, entendemos que, mesmo sendo um conceito novo e que alavanca intensos debates e discordâncias, entender a colonização dentro do Antropoceno implica em aceitar que o Sistema Terra é vivo, na medida em que a força exploratória do colonialismo incidiu sobre o ser humano, devastando sujeitos, saberes e modos de viver que mantinham o equilíbrio e a harmonia com o espaço (Bispo, 2019, p. 48). Implica dizer, também, os critérios raciais dentro do conceito, pois os povos colonizados e escravizados foram desconectados do Sistema Terra, visto que integram as minorias injustiçadas “[...] anteriores à catástrofe, [e] estão confinadas no porão inaudível do Antropoceno” (Ferdinand, 2022, n. p.).

Quando argumentamos que a violência colonial se estendeu para além das fronteiras territoriais, queremos dizer que a escravização das comunidades autóctones, dos africanos, o genocídio de etnias inteiras, afetou o Sistema Terra tanto quanto a exploração das nossas matas e a instituição de um modelo de produção agrícola invasivo. Nesse ponto, acionamos Fanon (2005), quando diz:

E eu não duvido que seja impossível converter um homem em besta: apenas afirmo que nada se consegue se o mesmo não for debilitado consideravelmente; não bastam as ameaças, é necessário violentar a sua compleição física. É o mal da servidão: quando se domestica um membro da nossa espécie, diminui-se o seu rendimento e, por pouco que se lhe dê, um homem de curral acaba por custar mais do que aquilo que produz. Por essa razão, os colonos veem-se obrigados a deixar em meio a sua tarefa de domesticação: o resultado, nem homem, nem besta, é o indígena. Espancado, subalimentado, enfermo, temeroso, mas somente até certo ponto, tem sempre, quer seja amarelo, negro ou branco, os mesmos rasgos de carácter: é preguiçoso, fingido e ladrão, vive de qualquer coisa e apenas conhece a força (Fanon, 2005, n. p.).

A ideia de reduzir um indivíduo a mera ferramenta para um fim está no bojo das estruturas coloniais. O colonizado não é mais importante do que seu uso, o que evidencia toda a opressão sofrida nos territórios colonizados. A colonização representa, então, uma ruptura com a humanidade em sua vivência de harmonia ancestral e o dispositivo que guiou a força humana para impulsionar as investidas contra o Sistema Terra.

Desde logo se vê que o colonialismo, instituindo também o sistema de *plantation*, reconfigurou a forma como se pensava e utilizava a agricultura. Esse legado da colonização alterou até mesmo a forma como os povos tradicionais lidavam com a terra. O modelo sustentável, utilizado pelos povos colonizados, antes da chegada do colonizador privilegiava o uso racional da terra como uma forma de coexistir em equilíbrio com o ambiente (Wedig; Ramos, 2023, p. 21).

Mais do que controle do solo há o controle dos meios de produção e aqui incluímos um recurso inestimável para o projeto expansionista eurocêntrico: mão de obra escravizada. Havia o controle sobre os corpos (Haraway *et al.*, 2016, n. p.). Se pensarmos nos povos colonizados como territórios conquistados, quiçá transcendendo conceitos antropogeográficos, entenderemos que o colonizado tinha fronteiras de existir bastante delimitadas, pois sobre esses corpos eram exercidos controle e poder.

A riqueza colonial foi produzida às custas da exploração e, por que não enfatizar, do genocídio de populações inteiras. Para o lucro de uns havia o prejuízo de outros. Se não financeiros, mas certamente humanos. Poderíamos citar aqui a ideia de monocultura, transcendendo o sentido denotativo da palavra e conotando uma (mono)cultura que prevalecia, a cultura do branco europeu, e que era “plantada” como ideal no corpo-território de quem se considerava primitivo (Haraway *et al.*, 2016, n. p.).

A colonização metamorfoseou o modo de ser e viver dos povos ancestrais, transformando a religião, a cultura e as atividades desenvolvidas para a subsistência. A vivência alicerçada nos saberes transmitidos pelos antepassados e no equilíbrio deu lugar à devastação do planeta. Cabe ressaltar que a “morte” do planeta começa pelo genocídio de sua própria gente. À época da colonização, milhões de pessoas/etnias/nações foram exterminadas. Provavelmente se pense que isso não afetou o planeta em termos naturais, mas alterou significativamente as relações sociais e culturais por séculos (Krenak, 2020, n. p.). E, nesse ponto, estamos tão somente nos referindo aos povos que experienciaram, a duras penas, o processo colonizador.

No bojo da destruição dos modos de vida, está o apagamento/silenciamento desumanizador imposto pelo branco colonizador, pois a cultura do oprimido era a versão errada de sua história, de sua gênese. A branquitude, dotada de poder, voz e discurso, “reescreveu” a identidade do homem colonizado. Homem, enquanto espécie, protótipo de humano criado dentro dos moldes do eurocentrismo (Fanon, 2005, n. p.).

A violência colonial não visava apenas o domínio de lugares, mas de corpos classificados como primitivos (Lugones, 2014, p. 938). Eis aqui uma contribuição um pouco mais metafísica do Antropoceno, o extermínio do “ecossistema” memória coletiva e do fator identidade. Ousamos pensar em territórios corporais dominados e subalternizados, onde a noção de lugar também possa ser concebida como corpórea e, nesse sentido, assola-se não apenas a terra, mas também os terrenos da memória e da individualidade.

Oprimir a memória ancestral é também danoso porque fere, historicamente, a memória coletiva de um povo, pois a narrativa colonial apagou os saberes e práticas dos povos colonizados como justificativa para a manutenção do progresso e desenvolvimento (Bispo, 2019, p. 38). Como uma grande benesse, contaram o tempo a partir da chegada do branco europeu, ou seja, uma (mono)cultura, uma história única, um enredo construído no discurso de levar a civilização e a salvação. Em outras palavras, a cultura dominante se impõe como substituta, e única possível, à cultura do colonizado. Shiva (2003, p. 25) afirma, “O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies.” A cultura dominante dita o padrão de ser, de viver, de existir.

Os povos subalternizados, dentro da lógica colonial, seriam recursos disponíveis e exploráveis, não renováveis, já que o domínio se fez à base de intimidação e do poderio

bélico. Tão logo a conquista de um “ser-território” esgotasse sua força vital, partir-se-ia em busca de novas terras e novos braços.

As estruturas coloniais perpetuam (perpetuaram) desigualdades de cunho interseccional reproduzindo opressões com base na raça, gênero, localização geográfica, etnia etc. (Davis, 2016, n. p.), permitindo hierarquizar proprietários e propriedades, o homem excepcional e o primitivo, quem podia dominar e quem devia ser dominado. Na medida em que as sociedades, ditas primitivas, eram desumanizadas, tornavam-se apenas um corpo-território manipulável e mão de obra que gerasse capital. Era o antropocentrismo pautando a forma como o homem se relacionava com o mundo, porém, entenda-se homem, aqui, como o dito branco e europeu.

Ailton Krenak: ideias para entender a colonização antropocênica

Para dialogar com Krenak à luz do Antropoceno, é imprescindível que entendamos que é impossível desvincular o ser humano da terra, pois é preciso se “[...] entender como uma extensão de tudo” (Krenak, 2022, n. p.). O Antropoceno nomeia uma nova época geológica marcada pela centralidade das atividades humanas como força transformadora nos sistemas planetários (Crutzen; Stoermer, 2015). Pesquisas indicam que as atividades humanas, incluindo a liberação de gases poluentes e a modificação dos ambientes naturais, continuarão a influenciar o clima e os ecossistemas por milênios (Crutzen; Stoermer, 2015). Esse período teve seu início sugerido no final do século XVIII com a criação do motor a vapor, momento em que houve um aumento considerável na presença de gases de efeito estufa na atmosfera (Crutzen; Stoermer, 2015).

Partindo de uma visão epistemológica do sul, é válido, entretanto, refletir sobre a possibilidade de ampliar essa compreensão temporal ao considerar a colonização como um evento estruturante das dinâmicas transformadoras do planeta, marcada pela exploração intensiva da terra, a introdução de novas biotas e a violência sobre povos indígenas e africanos. Se compreendermos que estamos ligados à Terra bem mais do que como inquilinos, veremos que todas as mudanças que assolam o planeta se refletem diretamente na humanidade.

Se já houve outras configurações da Terra, inclusive sem a gente aqui, por que é que nos apegamos tanto a esse retrato com a gente aqui? O Antropoceno tem um sentido incisivo sobre a nossa existência, a nossa experiência comum, a ideia do que é humano. O nosso apego a uma ideia fixa da paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno (Krenak, 2020, n. p.).

A ideologia brancocentrada fundamentada na visão de superioridade do colonizador relegou o colonizado a um recurso explorável, uma ferramenta disponível e barata a serviço da máquina colonial. Nesse sentido, seguindo o critério de que havia quem merecia ser colonizado, implicitamente se afirmava que havia uma sub-humanidade que não dispunha de instituições que legitimassem o seu *status* de ser humano. Assim, Krenak (2020, n. p.) afirma que “[...] tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, [...] A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda [...]”.

Diante disso, é possível supor que a colonização não imprimiu seu caráter opressivo apenas ao Sistema Terra enquanto território, mas também os territórios da mente e do corpo colonizado. Corpos e mentes expropriados de memória e de subjetividade, da própria animalidade do ser. A colonização despersonalizou a Terra e as pessoas ao desconsiderar que a humanidade precisa de conexão com a terra, pois,

Quando despersonalizados o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos (Krenak, 2020, n. p.).

Aqui, respeitosamente, parafraseamos dizendo que “a colonização permitiu que os lugares se tornassem resíduos da exploração humana”. A exploração colonial é, sobretudo, humana. Fanon (2020) corrobora esse fato ao dizer que toda exploração tem como objeto o homem e todas tendem a usurpar o indivíduo de seu lugar de ser. Um ser tão ser quanto a figura do branco, mas menos humano, porque seu fenótipo o denuncia.

Nesse âmbito, pode-se mencionar que, sem essa convergência entre o existir e pertencer à terra, forjou-se uma alienação de que o primitivo colonizado era inferior e, portanto, deveria ocupar a terra seguindo certos paradigmas. Um modelo de progresso econômico travestido de salvamento branco. Nesse ponto, faz-se necessário contrapor com a ideia de que os povos colonizados, em sua dominação orgânica, usavam a terra e seus recursos de forma equilibrada, enquanto o colonizador explorava de forma cruel.

Esse dito paradigma de civilização, apologético e tendencioso, é minimizado, pois explorar os efeitos nefastos da colonização dentro do Antropoceno é tarefa nova e carente de validação histórica. É preciso perceber que, dissociar as mudanças ambientais que foram

semeadas no solo fértil da exploração colonial, das identidades (des)construídas a partir dessas relações entre as colonizações, é um equívoco histórico, pois:

Já que se pretende olhar aqui o Antropoceno como o evento que pôs em contato mundos capturados para esse núcleo preexistente de civilizados – no ciclo das navegações, quando se deram as saídas daqui para Ásia, a África e a América –, é importante lembrar que grande parte daqueles mundos desapareceu sem que fosse pensada uma ação de eliminar aqueles povos. O simples contágio do encontro entre humanos daqui e de lá fez com essa parte da população desaparecesse por um fenômeno que depois se chamou epidemia, uma mortandade de milhares e milhares de seres (Krenak, 2020, n. p.).

É nesse ponto que se percebe que o genocídio colonial não se deu apenas pelo gatilho da pólvora. Parafraseando Ailton Krenak (2020), o sujeito europeu que aqui desembarcava trazia consigo um rastro de morte, biológica e socialmente falando. É um “modelo de progresso que somos (fomos) incentivados a entender como bem-estar no mundo todo” (Krenak, 2020, n. p.), mas que na verdade abrangia a humanidade como um todo.

A interação homem-terra implica numa dupla colonização. Ailton Krenak (2020) afirma que, “Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades.” A colonização não é apenas da terra, uma vez que esta remete, necessariamente, a uma colonização dos corpos. Sem a captura do corpo racializado, não haveria domínio colonial. É o que Krenak (2020) confirma ao afirmar que:

A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade. Muitas dessas pessoas não são indivíduos, mas “pessoas coletivas”, células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo (Krenak, 2020, n. p.).

Se pensarmos em catástrofes históricas, é possível vislumbrar um pano de fundo comum à maioria delas, a dominação que se prestava a “aparelhar corpos e constituir servidão” (Krenak, 2022, n. p.). E, dentro dessa perspectiva, quando o complexo de superioridade de um povo esbarra na humanidade de outro, haverá conflitos. A relação de dominação estabelecida nos tempos coloniais impôs a necessidade de um senso de sobrevivência por parte do colonizado, assim como moldou as relações futuras nos territórios, ora chamados Estados, mantendo a usurpação dos territórios ocupados e a tentativa de uma integração que não privilegia a diversidade étnico-cultural. Em outras

palavras, o desrespeito que desembarcou das naus europeias sobrevive nos dias atuais (Krenak, 2020).

Desde os tempos coloniais, a questão do que fazer com a parte da população que sobreviveu aos trágicos primeiros encontros entre os dominadores europeus e os povos que viviam onde hoje chamamos, de maneira muito reduzida, de terras indígenas, levou a uma relação muito equivocada entre o Estado e essas comunidades. (Krenak, 2020, n. p.)

Historicamente, as nações criadas sob o selo colonizador continuam a perpetuar práticas desumanas. A colonização se mantém como uma ideologia latente na mentalidade dos indivíduos, visto que não houve a devida reparação e nem o acolhimento dos habitantes originais. O que gera o entendimento de que os povos colonizados não podem ser responsabilizados em igual medida pelo projeto de “exaustão da natureza” (Krenak, 2020, n. p.).

Dentro do Antropoceno, é preciso perceber que o Sistema Terra é vivo e a relação do ser humano com ele deve ser de interdependência (Bispo, 2015, p. 21). Sem isso, fica evidente que, desde a colonização, o ser humano tem trabalhado no projeto da própria extinção. Para além da visão superficial sobre os avanços humanos, observa-se que a colonização fez avançar os deslocamentos de indivíduos. Contraditoriamente, na dimensão social e humana, houve um esvaziamento de sentido ético (Krenak, 2020).

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem –, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2020, n. p.).

Esse vínculo com a natureza é o que permitiria perceber o quanto as estruturas coloniais foram prejudiciais para a manutenção da humanidade e pela vigência de uma narrativa sincera que privilegiasse a memória e as culturas e não apenas fenótipos raciais. O sujeito colonizado era um sujeito coletivo e arraigado ao Sistema Terra antes do fator colonização-exploração (Krenak, 2020, n. p.). Quiçá, por isso, as reflexões krenakianas nos exortem:

A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar e sentir que estávamos em casa [...] (Krenak, 2020, n. p.).

(In)conclusões

O pensamento do norte global visa culpabilizar, em igual medida, povos que mais recebem as ações perniciosas das catástrofes ambientais semeadas e cultivadas no terreno do imperialismo (Dantas, Da Silva Saraiva, 2022). Povos, aliás, escravizados, dizimados em nome de um projeto de desenvolvimento que aniquilava o estrangeiro inadequado aos padrões da branquitude.

Pensamos que pertencemos à terra independente do fenótipo apresentado, logo, é justo considerar que os primeiros impactos gestados no Antropoceno são de ordem humana e social, uma vez que foi o gênero humano o primeiro recurso explorado e devastado. Cabe aqui mencionarmos que o genocídio/etnocídio causam impactos na estrutura social, pois foram os povos colonizados, aqueles que mantinham uma relação interativa saudável com a natureza, os que mais sofreram com a gana expansionista europeia.

Assim, para nós é central racializar o Antropoceno, uma vez que aquilo que se reconhece como “ação humana” enquanto causa das mudanças climáticas e crise ambiental não pode ser simplesmente generalizado, pois tanto em relação à causa quanto no tocante a quem mais sofre as consequências dos problemas citados, há uma notável desproporcionalidade (Dantas; Da Silva Saraiva, 2022, p. 27).

No entendimento de que não há uma noção de equilíbrio no Antropoceno, a balança das consequências, sejam elas sociais ou ambientais, sempre pesou para o lado dos desprivilegiados. Nosso passado colonial nos diz que a floresta desmatada não era a moradia do branco. Um dilema que, na visão krenakiana, se resume no fato de que o ser humano só sabe existir na inexistência de outras partes da vida, seja ela humana ou não (Krenak, 2020, n. p.).

O único ponto em que, respeitosamente, distanciamo-nos do pensamento de Krenak (2022) é no fato de que o Antropoceno, enquanto era geológica, não se limita à cronologia dos eventos da colonização, mas abarca seus efeitos contínuos, que se perpetuam como uma força geológica atemporal. Esses efeitos não se encerram com o “fim” da colonização, mas

deixam marcas indelévels que persistem em nossos corpos, territórios e modos de vida. Como bem aponta Krenak (2022), o desrespeito à Terra e suas formas de vida é uma violência ancestral que segue atual. Se compartimentalizarmos o Antropoceno apenas no âmbito das catástrofes ambientais, perderemos de vista que as maiores vítimas dessa crise ecológica são, muitas vezes, aquelas cuja humanidade foi negada durante a colonização – e que continuam sendo relegadas às zonas de sacrifício do presente.

Dentro da perspectiva de que a colonização deixou suas marcas nos territórios apropriados, bem como nos corpos e culturas desterritorializados, há que se considerar que, para maior aceitação do conceito do Antropoceno, temos que admitir as prerrogativas raciais, pois, como relação de causa e efeito, o colonizador explora, mata, devasta; o planeta sofre; a ideologia imperialista subsiste; e as minorias desprivilegiadas sofrem, exponencialmente, os danos do processo civilizatório.

Referências

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: AYÔ, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. **Critical Inquiry**, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/596640>. Acesso em: 30 maio 2024.

CORADIN, C., Oliveira, S., Guevara, M. de L. A. A.. Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde. *Cien Saude Colet* [periódico na internet] (2024/mar). [Citado em 19/03/2025]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/corposterritorios-e-interseccionalidades-contribuicoes-para-uma-vigilancia-popular-em-saude/19118?id=19118>. Acesso em: 26 janeiro 2025.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. O antropoceno. **Piseagrama**, Belo Horizonte, seção Extra! [conteúdo exclusivo online], 6 nov. 2015. Disponível em: <https://piseagrama.org/extra/o-antropoceno/>?. Acesso em: 26 jan. 2025.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, v. 41, p. 17-18, maio/2000. Disponível em: <https://acesse.dev/qe4ae>. Acesso em: 27 maio 2024.

DANTAS, Ricardo Avalone Athanásio; DA SILVA SARAIVA, Rutiele Pereira. Antropoceno a partir da Améfrica Ladina: confluências contracoloniais versus transfluências monoculturais. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 14, n. 2, p. 20-37, 2022. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/420>. Acesso em: 30 maio 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERDINAND, Malcolm. 2022. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100>. Acesso em: 26 jan. 2025.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott Frederick; KENNETH, Olwig; TSING, Anna Lowenhaupt; BUDANDT, Nils. Anthropologists are talking about the Anthropocene. **Ethnos**, v. 3, n. 81, p. 535-564, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>. Acesso em: 30 maio 2024.

KALTMEIER, Olaf; SANDOVAL, María Fernanda López; PÁDUA, José Augusto; ZARRILLI, Adrián Gustavo (Eds.). **El Antropoceno como crisis múltiple. Perspectivas desde América Latina**. Volumen I. Uso de la Tierra. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Guadalajara: CALAS, 2024.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helena Veríssimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações** (Campo Grande), v. 21, p. 577-596, 2020. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwkfkvRN5vqb/>. Acesso em: 13 maio 2024.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo. Companhia de Bolso, 2011.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 86, p. 16-30, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/Wqs76dBJmFbLXJBzQdpMnhx/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2025.